

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI Nº 14.133/2021

1 . ÓRGÃO SOLICITANTE

1.1 . Órgão gerenciador: Secretaria de Licitações e Contratos

1.2 . Órgãos demandantes: JFPREV, FUNALFA, DEMLURB, MAPRO, PROCON, SELICON.

2 . OBJETO

2.1 . Aquisição de equipamentos e insumos de rede para atendimento das demandas da Prefeitura de Juiz de Fora, nos termos, condições e exigências dispostas neste instrumento.

2.2 . A pretensa aquisição deverá observar as especificações, os quantitativos e valores de referência dispostos nas tabelas contidas nos Anexo II (Detalhamento do objeto) e Anexo III (Tabela de quantitativos e preços estimados) deste Termo de Referência.

2.3 . O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme dispõe a Seção IV do Decreto nº. 15.635/2022.

2.4 . O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

3 . FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 . A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4 . DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 . A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5 . ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

5.1 . Estima-se que o montante em torno do gasto com aquisições será de **R\$ 1.641.125,51 (um milhão seiscientos e quarenta e um mil cento e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos)**, haja vista a estimativa dos valores apontada no Anexo III deste documento.

5.2 . Por se tratar de estimativa de gastos, a quantia acima mencionada não constitui, em hipótese alguma, em compromisso futuro para a Prefeitura Municipal, razão pela qual não poderá ser exigida, nem considerada como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, sem que isso justifique qualquer indenização a licitante vencedora.

5.3 . Como se trata de Sistema de Registro de Preços, as dotações orçamentárias serão informadas oportunamente pelas Unidades Gestoras participantes.

6 . DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

6.1 . O vencedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

6.2 . O modo de disputa será aberto.

6.3 . Será utilizado o procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preço.

6.4 . A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com a previsão do art. 84, Lei 14.133/2021, c/c art. 16, §2º, do Decreto Municipal nº 15.857, de 18 de abril de 2023.

6.5 . Referente à previsão do art. 82, II, da Lei 14.133/2021, concernente à quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens, é importante frisar que o Município ainda não possui legislação regulamentadora desta prescrição, sendo temerária a inclusão de mecanismos no Edital cuja operacionalização seja inviável.

6.6 . Sobre a possibilidade de prever preços distintos, não se aplica ao presente planejamento, não estando cumpridas as condicionantes das alíneas do inciso III do art. 82, da Lei 14.133/2021.

6.7 . As exigências de Habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira serão conforme estabelecido na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.8 . O objeto deste PREGÃO será adjudicado ao proponente cuja proposta seja considerada vencedora e que atenda as condições de habilitação.

6.9 . Da Habilitação Técnica:

6.9.1 . A licitante provisoriamente declarada vencedora deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove que a mesma forneceu equipamentos e insumos de rede, de forma satisfatória, de no mínimo 15 % do quantitativo total previsto neste Termo de Referência.

6.9.2 . A exigência acima tem o objetivo de garantir que os licitantes possuam experiência comprovada na venda e fornecimento de produtos similares, assegurando a qualidade, confiabilidade e adequação dos equipamentos às necessidades da administração.

6.10 . Da Habilitação Jurídica

6.10.1 . Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.10.2 . Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

6.11 . Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

6.11.1 . Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.11.2 . Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

6.11.3 . Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

6.11.4 . Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

6.11.4.1 . Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

6.11.4.2 . Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

6.11.4.3 . Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

6.11.5 . Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

6.11.6 . Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.11.7 . A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

6.11.7.1 . Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

6.11.8 . Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

6.11.9 . Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7 . DO JULGAMENTO TÉCNICO DAS PROPOSTAS

7.1 . A análise técnica da proposta da licitante provisoriamente declarada vencedora, será realizada pelos integrantes da equipe técnica responsável pelo planejamento da contratação da SELICON e visa à verificação da conformidade dos equipamentos ofertados com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

7.2 . De modo a permitir a análise técnica, a licitante provisoriamente declarada vencedora deverá indicar em sua proposta as marcas e modelos dos equipamentos.

7.3 . A licitante provisoriamente declarada vencedora deverá comprovar que seu equipamento atende plenamente ao edital e toda a documentação apresentada deve ser originada do fabricante do equipamento: prospectos, manuais ou declarações. Na dúvida na análise técnica entre proposta comercial e catálogo, prevalecerá o catálogo.

7.4 . Não será exigida a apresentação de amostras, tendo em vista que o objeto da contratação não possui complexidade técnica significativa, sendo itens padronizados, fornecidos prontos de fábrica e não passíveis de customização ou alteração por parte do fornecedor. Além disso, a conformidade com as especificações técnicas poderá ser devidamente verificada por meio de documentação oficial dos fabricantes, tais como catálogos, fichas técnicas e certificações, os quais são suficientes para fins de análise e validação do atendimento aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

8 . DA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

8.1 . Será incluído na Ata de Registro de Preços, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Termo de Referência.

8.2 . O cadastro de reserva será composto por, no máximo, até o segundo colocado no certame que aceitar as condições descritas no item 8.1., obedecendo à ordem crescente dos preços apresentados no resultado final da fase de lances, conforme disposto no art. 13, do Decreto Municipal nº 15.857, de 18 de abril de 2023.

9 . DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

9.1 . DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

9.1.1 . É prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal n.º 14.133, que em seu artigo 15 atribui à Administração Pública a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas.

9.1.2 . Desse modo, fica definido a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade e economicidade.

9.1.3 . A medida adotada com relação à vedação à participação de consórcios para o caso concreto do presente certame, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e

poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços nas licitações.

9.1.4 . A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

9.1.5 . É vedada a participação de cooperativas no presente certame em virtude da Súmula 281 do TCU: “É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e seu contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”.

9.2 . DA SUBCONTRATAÇÃO

9.2.1 . Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

9.2.2 . A licitante vencedora não poderá repassar a responsabilidade para terceiros, garantindo assim maior controle e qualidade na execução das atividades. Essa medida busca assegurar que a licitante vencedora tenha a capacidade e expertise necessárias para realizar diretamente os serviços, evitando assim eventuais problemas decorrentes da subcontratação.

9.3 . DAS QUANTIDADES MÍNIMAS

9.3.1.1 . Diante da previsão do Decreto Federal nº Decreto nº 11.462/2023, em seu art; 15, parágrafo único: “Para fins do disposto no inciso II do caput, consideram-se quantidades mínimas a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda na licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas, desde que permitido no edital, com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala”.

9.3.1.2 . Não será aplicável a possibilidade de cotação de quantidade inferior à demanda da licitação na proposta apresentada pelas empresas, visando a padronização do objeto e eficiência na execução.

10 . CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

10.1. Os itens objeto desta licitação deverão ser entregues conforme os seguintes prazos, contados a partir da emissão da Nota de Empenho: **até 30 (trinta) dias para os equipamentos de rede e até 15 (quinze) dias para os insumos de rede.** A contratada deverá informar, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou fato que possa comprometer o cumprimento dos respectivos prazos de entrega.

10.2. A entrega dos itens será na cidade de Juiz de Fora/MG, e os endereços serão indicados pela Unidade Requisitante.

10.2.1 . Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora será obrigada a atender todos os pedidos expedidos na Emissão da Nota de Empenho.

10.2.2 . A(s) cópia(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s), deverá(ão) ser anexada(s) ao processo de administração do Pregão Eletrônico.

10.2.3 . A licitante vencedora fornecerá apenas os itens previstos neste Termo de Referência.

10.2.4 . A Unidade Requisitante não se responsabilizará pelo fornecimento a terceiros do objeto contratado, mesmo que adquiridos por seus servidores.

10.2.5 . O objeto deverá atender às especificações discriminadas neste Termo de Referência e estar dentro dos padrões de aceitabilidade.

10.2.6 . Verificada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer serviço, responderá a Licitante Vencedora por danos causados às Unidades Requisitantes e respectivamente aos seus servidores, oriundo da utilização de produto em condições inadequadas.

10.2.7 . O fornecimento que for prestado em desacordo com o especificado neste documento ou na proposta da licitante vencedora será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso.

10.2.8 . Todo fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação da Unidade Requisitante, a qual deverá ser feita através do documento hábil assinado.

10.2.9 . A licitante vencedora será responsável pelos custos, inclusive transporte, embalagem, seguros, frete, impostos, e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

10.2.10 . Caso haja alteração das marcas/modelos registrados na futura Ata de Registro de Preços por motivos de atualizações tecnológicas, a licitante vencedora deverá informar o setor técnico (SELICON/SSLICOM/DEPCON/SPCCI) a respeito das modificações e apresentá-las dentro dos prazos legais da lei de licitações.

11 . CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

11.1 . O aceite definitivo dos equipamentos dar-se-á após a conferência de todos os equipamentos e/ou insumos entregues.

11.2 . A conferência é realizada da seguinte forma: todos os itens entregues são verificados quanto à conformidade com o edital. Nos casos de equipamentos que permitem energização, eles serão ligados e testados; para os itens que não são passíveis de energização, será feita a inspeção física e funcional conforme suas características. Caso algum item esteja em desacordo, ele será identificado e vinculado ao respectivo empenho, sendo considerado não aceito até sua devida regularização. Poderão ser fornecidos os seguintes documentos à licitante vencedora para cada entrega de equipamentos:

11.2.1 . Ofício de Inferimento: No caso de divergências na entrega dos equipamentos. Nessa serão relatados todos os problemas encontrados e a informação da negativa do aceite.

11.2.2 . Memorando de Conferência: No caso de não ser encontrada nenhuma divergência na entrega dos equipamentos. Este documento representa o aceite definitivo dos equipamentos e a partir da data de sua emissão passarão a valer: o período de garantia e o início da contagem dos 30 dias para pagamento.

11.3 . A Equipe de Conferência da PJF tem capacidade técnica de proceder a conferência dos equipamentos entregues, sem comprometimento do prazo estipulado para a liberação da nota e pagamento. O prazo necessário para a conferência dos equipamentos não será contabilizado para o início do período de garantia e pagamento.

11.4 . No caso de entrega de equipamentos em desconformidade com o edital, fica a licitante vencedora responsável por recolher e substituir os equipamentos e a mesma terá que arcar com todos os custos dessa operação. Como não foi dado o aceite da entrega pela Prefeitura de Juiz de Fora, o prazo de entrega continuará contando, ficando a licitante vencedora sujeita às penalidades do edital caso a entrega não seja regularizada dentro do prazo de entrega acordado.

12 . DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

12.1 . A garantia será prestada com vistas a manter a qualidade do objeto fornecido, sem qualquer ônus para o Município.

12.2 . O prazo de garantia contratual do objeto deverá cumprir a especificação contida no Anexo II – Detalhamento do objeto deste Termo de Referência.

12.3 . Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, a licitante vencedora deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

12.4 . Uma vez notificada, a licitante vencedora deverá proceder ao atendimento da garantia conforme a natureza do item:

12.4.1 . Itens com assistência técnica autorizada no Brasil: A contratada deverá providenciar o encaminhamento do produto para reparo ou orientar o Município quanto ao procedimento adequado. O reparo deverá ser concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da notificação.

12.4.2 . Itens sem assistência técnica autorizada no Brasil (produtos importados): A contratada deverá realizar a substituição do item defeituoso por outro novo e equivalente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação do defeito, sem qualquer ônus adicional ao Município, incluindo transporte, importação e eventuais tributos.

12.5 . Os prazos indicados nos subitens anteriores, durante seu transcurso, poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da licitante vencedora, se aceita pelo Município.

12.6 . Os custos referentes ao reparo/substituição do item durante o período da garantia será de responsabilidade da licitante vencedora.

12.7 . Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

13 . OBRIGAÇÕES

13.1 . DA UNIDADE REQUISITANTE:

13.1.1 . Requisitar, por meio da Unidade Gestora, o fornecimento dos produtos, conforme suas necessidades.

13.1.2 . Proporcionar condições à licitante vencedora para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

13.1.3 . Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

13.1.4 . Efetuar o pagamento à licitante vencedora por meio de crédito em conta-corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, www.nfe.fazenda.gov.br.

13.1.5 . Conferir se o fornecimento do produto está de acordo com o inicialmente proposto.

13.1.6 . Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

13.1.7 . Solicitar a substituição do produto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

13.1.8 . Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.

13.1.9 . Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Edital.

13.1.10 . Se responsabilizar pela instalação física dos equipamentos (montagem), bem como toda a infraestrutura para o seu funcionamento (tomadas de energia, de rede, adaptadores de tomadas, mobiliários etc.), por meio do setor técnico responsável.

13.2 . DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA VENCEDORA:

13.2.1 . Entregar, pelo preço contratado, os produtos objeto deste Termo de Referência, segundo as necessidades e requisições da Unidade requisitante.

13.2.2 . Entregar o objeto especificado no empenho, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas.

13.2.3 . Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

13.2.4 . Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do objeto que não atenda ao especificado.

13.2.5 . Entregar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

13.2.6 . Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do objeto, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

13.2.7 . Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

13.2.8 . Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega do objeto, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

13.2.9 . Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do produto entregue.

14 . DO PAGAMENTO

14.1 . O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

14.2 . Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

14.3 . Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias e efetuado pela Unidade Requisitante, creditado em favor da licitante vencedora, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada pelo mesmo, em que deverá ser efetivado o crédito.

14.4 . No ato de retirada da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos.

14.5 . Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

14.6 . No caso da não apresentação da documentação do subitem anterior ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à licitante vencedora, das penalidades previstas.

14.7 . A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela licitante vencedora, por força da contratação.

14.8. Quando ocorrer a situação prevista no item 14.6., não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

14.9. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

14.10. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Unidade Requisitante, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} &I(TX/100) \\ &365 \\ &EM= I \times N \times VP \end{aligned}$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

14.11. Para a hipótese definida no subitem anterior, a Licitante Vencedora fica obrigada a emitir fatura/nota fiscal suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura/nota fiscal em atraso por inadimplemento da Unidade Requisitante.

14.12. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

14.13. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

15 . DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1 . Para a presente contratação, não será celebrado contrato formal, conforme autorizado pelo art. 95, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo a Nota de Empenho o instrumento hábil que formalizará as obrigações entre as partes.

15.2 . A execução da contratação deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada pela licitante vencedora e na respectiva Nota de Empenho.

15.3 . As partes responderão pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, nos termos do art. 115 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4 . As comunicações entre a Unidade Requisitante e a licitante vencedora deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica sempre que o ato permitir ou não exigir forma específica.

15.5 . A Unidade Requisitante poderá convocar representante da licitante vencedora para adoção de providências imediatas relacionadas ao fornecimento, quando necessário.

16 . FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

16.1 . A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designados pelo Município, ou pelos respectivos substitutos, observado o disposto no artigo 117 da Lei Federal no 14.133/21.

16.1.1 . Caberá às Unidades Requisitantes nomear do seu quadro de pessoal os responsáveis pela gestão e fiscalização dos seus respectivos contratos originários do futuro Sistema de Registro de Preços, inclusive quanto à publicação dos mesmos.

16.2 . O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a emissão do Memorando de Conferência conforme estabelecido no item 11 deste Termo de Referência.

16.3 . A Unidade Requisitante atestará, após receber o Memorando de Conferência, no documento fiscal correspondente, o fornecimento do produto nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à licitante vencedora.

17 . SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 . Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/21, das quais destacam-se:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.2 . Na aplicação das sanções serão considerados:

- I.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II.** As peculiaridades do caso concreto;
- III.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.3 . A aplicação de qualquer sanção será precedida de processo administrativo próprio, nos termos da Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Elaborado por:

Ronaldo Bruno

**Supervisão de Padronização e Centralização de Compras de Informática
SPCCI/DEPCON/SSLICOM/SELICON**

Aprovado por:

Carolina de Paula Fernandes

**Departamento de Planejamento de Contratações
DEPCON/SSLICOM/SELICON**

Luan David Gomes Ferreira
Secretaria de Licitações e Gestão de Contratos
SELICON